

mara Municipal de São José dos Campos, encaminhado pela Secretaria Particular Adjunta da Presidência da República, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, matéria da APAC, sobre: "a luta por uma vida mais digna na cadeia". 3) Ainda da Secretaria Particular da Presidência da República, expediente procedente do Eminentíssimo criminologista de São Paulo, Dr. RODRIGUES DE MEREJE, formulando proposições sobre a reforma do Sistema Penal e encaminhando publicação sobre: "das penas e dos delitos" - Referido expediente foi encaminhado à Comissão Revisora desta matéria. 4) Ofício nº 2.694/80 - procedente do Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Desembargador ALAOR TERRA, solicitando que o CNPP envie àquele Poder Judiciário o Projeto de Lei de Execuções Penais. 5) Ofício Depen - nº 11/81, encaminhando para apreciação deste Conselho, formulários de questionários de dados e informes para elaboração de estatísticas e registro penal. A ORDEM DO DIA versou sobre os seguintes assuntos: a) ENSINO SUPLETIVO nos presídios - proposto pelo Projeto Roberto Marinho foi relatado ao CNPP através de Parecer emitido pelo Senhor Conselheiro Desembargador JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, o qual mereceu do Plenário aprovação unânime, à luz de sugestões oriundas dos Senhores Conselheiros Professores RENÉ ARIEL DOTTI e RICARDO ANTUNES ANDREUCCI que encaminharam à Presidência a Deliberação que se segue: "I)- O ensino supletivo de 1º grau nos estabelecimentos prisionais deve exigir, em princípio, o contato físico e direto do professor a fim de que a individualização executiva da pena possa ter maiores possibilidades de êxito, no sentido de proporcionar melhores condições para a ressocialização do condenado. II)- Para a implementação do ensino supletivo de 1º grau aos presidiários é recomendável que o Ministério da Justiça investigue junto aos poderes públicos das Unidades da Federação a possibilidade da execução de tal curso com a participação de professores das escolas primárias. III)- Na impossibilidade de se viabilizar prontamente o projeto de educação através dos professores de curso primário, é conveniente a adoção do projeto de ensino supletivo de 1º grau através de sistema chamado "multimeios", a exemplo do que ocorre com grande parte da população em geral, onde o sistema já foi implantado e vem funcionando. IV)- Não obstante ser o projeto viável a fim de que a população carcerária possa acompanhar o curso supletivo de 1º grau já ministrado para populações livres e aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura sugere o CNPP que seja examinada pelo Ministério da Justiça a necessidade de proceder-se a uma prévia licitação. V)- Considerando-se que a população carcerária deve merecer um tratamento especial no campo pedagógico, sugere o CNPP a observação, no que couber, das sugestões seguintes, apresentadas pelo Conselheiro JASON ALBERGARIA: 1) compatibilizar o ensino supletivo do telecurso com a estratégia de ação da política penitenciária, elaborada pelo CNPP; 2) adequar a implementação do telecurso ao especial contexto penitenciário; 3) sem prejuízo da educação geral, enfatizar a informação ocupacional, segundo a localização rural ou urbana do estabelecimento penal; 4) efetuar, em colaboração com o DEPEN, o seguimento a avaliação da realização do telecurso; 5) orientar as funções do conteúdo das disciplinas com vistas à reinserção social do condenado e preparação profissional do funcionário; 6) atender aos cursos de qualificação de acordo com o caráter rural ou industrial do estabelecimento prisional; 7) reelaborar, se possível, o programa do telecurso do 2º grau, segundo o programa de preparação inicial do funcionário de vigilância; 8) incluir no plano curricular do funcionário disciplinas criminológicas, em forma rudimentar; 9) proporcionar a continuação dos estudos em curso de ensino regular, visando à preparação profissional e ao exercício da cidadania; 10) sensibilizar a direção do estabelecimento, juiz da execução penal, Conselho Penitenciário, Serviço Social Penitenciário e Patronatos a colaborarem na realização do telecurso; 11) tornar o horário do telecurso compatível com a agenda diária do estabelecimento penal, para atender ao período mais propício à aprendizagem do interno, sem prejuízo da ordem e disciplina da comunidade prisional; 12) indicar monitores com conhecimento de pedagogia ou especialistas nas disciplinas mais difíceis, notadamente para o 2º grau; 13) fazer integrar no conteúdo curricular temas de interesse específico da clientela penitenciária; 14) providenciar o equipamento necessário à emissão do pro-

grama em outro horário, em circuito fechado de TV; 15) organizar o material impresso de acordo com a cultura de cada região do país, com atenção e respeito aos hábitos e costumes de origem do preso". Referida deliberação foi plenamente aceita e anexada ao projeto em apreço. b) Em virtude da conclusão e aprovação do Programa de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal Penitenciário, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Relator desta Comissão, Professor ANTÔNIO ZAPPALÁ, a elaboração de um cronograma que venha demonstrar, a curto prazo, a implementação do referido projeto. c) o Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI propôs, ao plenário, votos de louvor, à Comissão, que, brilhantemente elaborou a Revisão do Código de Processo Penal. Idêntica proposição oriunda do mesmo signatário, também foi dirigida ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, pela conclusão da obra intitulada "Introdução ao Direito do Menor" - referidas proposições de louvor foram plenamente aceitas pelo Colegiado. d) Dado a exatidão do tempo e providências complementares que se fizeram necessárias, à apreciação sobre Planejamento de Prioridades CNPP-81, será concluída na próxima reunião, quando, o Senhor Conselheiro NABOR CÉSAR SIQUEIRA, demonstrará a conclusão do andamento dos trabalhos da Comissão criada para este fim. Merecendo aprovação a presente Ata, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Assessora.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Assessora

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

Processo nº : 0168-000364/81

Interessado : SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE MARINHA MERCANTE-SUNAMAN

Assunto : Protocolo Financeiro, de 29 de abril de 1980, firmado entre a República Francesa e a República Federativa do Brasil, para o financiamento parcial da aquisição de dois navios para Superintendência Nacional de Marinha Mercante - SUNAMAN. Designação do Banco do Brasil S.A. para, em sua condição de agente do Tesouro Nacional, praticar os atos de execução especificados no Protocolo Financeiro.

Despacho : APROVO o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Com fundamento do Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, ratifico os termos do Protocolo Financeiro de 29 de abril de 1980, e autorizo o Banco do Brasil S.A., como agente do Tesouro Nacional, a praticar os atos de execução do referido Protocolo Financeiro.

Encaminhe-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para as providências complementares.

Brasília, 30 de janeiro de 1981
ERNANE GALVEAS
Ministro da Fazenda

Processo nº : 0168-000789/81-61

Assunto : Operação de crédito externo, no valor de até US\$ RDA... 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares-convenio) de principal, a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil